

BRASIL/ARGENTINA

para evitar os massacres. No presente momento, desafiando a Europa, Washington e a Comunidade de Nações, Ancara condenou o líder curdo Abdullah Ocalan à pena de morte. Fatalmente será enforcado pois a repercussão internacional do seu julgamento militar viciado, foi insignificante. Nenhum líder internacional condenou o governo da Turquia por dizimar a população curda e de condenar à pena de morte o líder Ocalan.

São tantos os exemplos que pode-se enumerar demonstrando a falta de amoralidade da Comunidade de Nações com relação à questão humanitária, que fica difícil acreditar nas intenções da OTAN e dos Estados Unidos da América com relação a Kosovo e a minoria populacional albanos-kosovar.

Não seriam outros os interesses da Europa Ocidental (CEE), OTAN e Estados Unidos da América em Kosovo? A questão passa pelo fracasso da Comunidade Econômica Européia, aliada dos EUA. A questão passa pelo fracasso da Comunidade de Estados Independentes (CEI), e pela recuperação econômica e política da Rússia, como sucessora da URSS. A questão passa pelo deslocamento político do Presidente Slobodan Misolevic em Belgrado, conquanto a Iugoslávia ocupa posição de destaque como nação estratégica em virtude de ficar localizada geograficamente no centro da Europa.

Em suma, é uma falácia afirmar que a OTAN, CEE e Estados Unidos da América, atacaram militarmente a Iugoslávia e ocuparam, também militarmente, a Província de Kosovo, em razão da questão humanitária, de proteção aos albanos-kosovares. Assim pensamos●

**FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA* é professor do Departamento de Economia/UFPI, Mestre em Relações Internacionais, formado em Políticas e Estratégias pela ESG/RJ e Doutorando em Integração Econômica pela Universidade de León (Espanha).

*FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA**

1 - ANTECEDENTES

As atuais relações brasileiro-argentina têm na Questão de Fronteira definida pelo Laudo Arbitral proferido a 05 de fevereiro de 1895 pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, a sua origem.

Brasil e Argentina decidiram recorrer ao arbitramento internacional para solucionar a pendência territorial envolvendo a área de Palmas e Missões, em razão do fracasso das negociações diretas, bilaterais, e para evitar que os desentendimentos pudessem conduzir a um confronto armado.

Depois de definida pelo Laudo Arbitral, a fronteira comum foi totalmente demarcada entre 1901 e 1904, encerrando a pendência que gerava desentendimentos constranges entre os dois países.

A extensão da fronteira comum é de 1.263 quilômetros, sendo apenas 24,5 quilômetros de fronteira seca no divisor de águas dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio.

A vitória diplomática brasileira na questão arbitral decorreu da habilidade e competência do Barão do Rio Branco - José Maria da Silva Paranhos -, que mesmo sendo um monarquista convicto, jamais deixou de ajudar com seus conhecimentos, o Brasil - República, conquanto nas primeiras décadas do novo regime, havia carência de diplomatas com experiência internacional, capazes de defenderem os interesses nacionais em tribunais internacionais.

Pode-se afirmar que Rio Branco conseguiu reverter uma situação adversa na Questão de Palmas e Missões, na medida em que os documentos históricos apontavam para o direito da Argentina sobre esta área.

Com a perda territorial, as relações entre os dois países permaneceram equidistantes.

Durante todo o período da chamada República Velha - fim do Império e advento da Revolução de 1930 -, nada de significativo ocorreu nas relações bilaterais, pois tanto Brasil, como Argentina, direcionaram as relações internacionais para o estreitamento de laços com os Estados Unidos da América e Europa.

A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), transformou-se em um novo cenário de desenvolvimento das relações bilaterais, não no contexto da aproximação, e sim de confronto. Desde o início do conflito mundial que a Argentina delineou sua política externa no sentido de auferir os melhores proveitos do estado de beligerância, conquanto mantinha relações regulares com a Alemanha Nazista, Itália Facista, Estados Unidos da América e Europa parcialmente ocupada e destrocada. Tanto é verdade que somente em abril de 1945, quando a guerra estava liquidada na Europa, foi que a Argentina declarou guerra ao nazismo e facismo, sem, entretanto, enviar nenhum soldado para o front de combate. O Brasil, depois de um período de indefinição, optou pelos Aliados, constituindo força militar - Força Expedicionária Brasileira - que combateu nos campos italianos, tendo enviados outrossim, aviões e navios.

Economicamente, a Argentina saiu fortalecida da Segunda Guerra Mundial, se transformando no país mais desenvolvido e industrializado da América Latina, superando o Brasil. Continuava com a política externa voltada para os Estados Unidos da América e Europa, em detrimento das relações bilaterais com o vizinho.

2 - INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

NA: RELAÇÕES DELICADAS

Somente em 1950, com o agravamento da crise econômica nos dois países, decorrente da ausência de um Plano Marsahll para a América Latina, foi que os governantes de então, Getúlio Vargas (Brasil) e Juan Domingos Péron (Argentina), decidiram delinear uma política de integração econômica, voltada para a criação da zona de livre-comércio mais conhecida como ABC (Argentina, Brasil e Chile).

Pela primeira vez, desde o início do século, brasileiros e argentinos, retomaram os entendimentos bilaterais, deixando de privilegiar os laços com os Estados Unidos da América e Europa. Entretanto, não esperavam tanta resistência interna de políticos de ambos os lados. Getúlio Vargas não contava com o apoio político da UDN e com a indiferença do PSD. O seu respaldo político estava centrado no PTB, partido político fundado por ele no epílogo da Segunda Guerra Mundial. Os políticos brasileiros desconfiavam dos propósitos de Juan Domingos Perón. Acreditavam que o desejo do peronismo era dominar a América Latina, a partir do envolvimento do Brasil numa política de integração. Enfatizavam que Perón dominava o Chile do General Yanes, por conseguinte, desequilibrando o equilíbrio salutar na política proposta do ABC.

Os políticos argentinos também desconfiavam dos reais propósitos do governo brasileiro. O epílogo do ABC ocorreu com o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 e a deposição de Perón em 1955. A Argentina entrou em uma fase de governos militares, e o Brasil na turbulência política que conduziu à Revolução de 1964, com a chegada dos militares ao poder.

O fato de Brasil e Argentina terem sido governadas por militares nas décadas de 60, 70 e

meados de 80 do atual século XX, não contribuiu para uma aproximação política e econômica entre os dois países. Pelo contrário, houve mais afastamento e desconfianças.

A criação da ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio em 1960, pelo tratado de Montevidéu, e a tentativa, em 1980, de renovação desta com o surgimento da ALADI-Associação Latino-Americana de Integração, não contribuiu efetivamente para a aproximação entre os dois países. Era a fase da busca da nação sub-imperialista na América Latina no bojo da Guerra Fria. Fato que distanciava os dois países e inviabilizava qualquer tentativa de integração econômica e comercial.

O Programa Nuclear brasileiro e a construção da Hidroelétrica de Itaipú, afastou ainda mais os dois países na década de 1970, conquanto para a Argentina, as autoridades militares brasileiras estavam montando uma estrutura estratégica, desequilibrando a balança de poder bilateral. Itaipú, com uma parede de 118 metros de altura, poderia comprometer a segurança inclusive de Buenos Aires, pois com a incidência de conflito, as comportas abertas, inevitavelmente a capital da Argentina seria inundada.

A questão da Hidroelétrica de Itaipú quase levou a um enfrentamento armado entre os dois países nos governos dos Generais Emílio Garrastazu Médici, no Brasil, e Alejandro Lanusse, na Argentina. Tropas, de ambos os lados, foram direcionadas para a fronteira comum. O bom-senso prevaleceu, Itaipú foi construída, e a Argentina autorizada a construir duas hidroelétricas abaixo de Itaipú, no Rio Paraná, em parceria com o Paraguai - Yaceretá

e Corpus.

O conflito das Falklands/Malvinas em abril/junho de 1982 também contribuiu para o afastamento político entre brasileiros e argentinos. Formalmente, o Brasil apoiou a reivindicação da Argentina quando à soberania no Arquipélago. Mas, permitiu que aviões e tropas inglesas utilizassem bases brasileiras, em solo brasileiro, para atacar posições argentinas nas Malvinas. As bases de Canoas e Santa Cruz, no sul do país, foram usadas secretamente pelos ingleses, na medida em que Brasília não concordava com o emprego da força militar pelos argentinos para recuperar a soberania nas ilhas. O precedente poderia ser perigoso, e isto assustava as autoridades brasileiras. Uma vez vitoriosos, os militares argentinos poderiam se sentir estimulados a denunciar os tratados de fronteira e utilizar a força militar para atingir os objetivos pretendidos. A derrota militar para os ingleses, mesmo sendo humilhante do ponto de vista estratégico para a América Latina, afastou a possibilidade de uma corrida armamentista na região. Derrotados, os militares argentinos voltaram à caserna e entregaram o poder aos civis, em dezembro de 1982.

Desgastados também, em virtude de longos anos no poder, os militares brasileiros fizeram a transição para a democracia em 1985, à semelhança dos espanhóis depois da morte do generalíssimo Francisco Franco, em 1975, com a assinatura do Pacto de Moncloa.

Com o advento da democracia, Brasil e Argentina buscaram o entendimento, o fortalecimento do comércio bilateral e a criação de uma autêntica zona de livre-comércio.

3 - O MERCOSUL E A SITUAÇÃO ATUAL

Neste Século XX que está a terminar, nada foi mais importante para a América Latina e para as relações Brasil-Argentina, do que a criação do Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL, em 1992, através do Tratado de Assunção, Capital do Paraguai.

Partindo dos erros cometidos no ABC, ALALC e ALADI, Brasília e Buenos Aires, juntamente com o Uruguai e Paraguai, acordaram para a necessidade de recuperar o tempo perdido, com relação ao processo de integração econômica, na medida em que a Europa Ocidental já atinge a União Econômica e caminha a passos largos para a União Política. A integração econômica, nas relações econômicas internacionais, constitui o caminho mais importante para o Cenário do Século XX, com relação ao Comércio Internacional. É o reconhecimento dos países do fracasso da auto-suficiência e do fortalecimento da interdependência. Sozinhos, os países não são capazes de superar as adversidades, os problemas estruturais. Portanto, o Brasil precisa da Argentina, e vice-versa. As potencialidades regionais são formidáveis, sendo inadmissível que em razão de nacionalismos exacerbados e de políticas ultrapassadas, Brasília e Buenos Aires ainda pensem no confronto em vez do entendimento, bem como da otimização do mercado regional.

O MERCOSUL, assim como o PACTO ANDINO, o NAFTA e a ALCA, são caminhos válidos na busca da criação do Mercado Comum das Américas. Para a América Latina, a integração deve começar de forma sub-regional. Para os Estados Unidos da América, a integração deve ser global. O Brasil não concorda com a integração imediata de países com grandes diferenças econômicas e comerciais, levando em consideração que a integração subtende complementariedade e não absorção de terceiros mer-

cados.

Desta forma, o que existe de diferente entre o MERCOSUL, a América Latina e os Estados Unidos da América com relação à Integração Econômica, não é a essência do objeto, e sim os meios a serem trilhados para o atingimento dos objetivos pretendidos.

Os atuais desentendimentos diplomáticos e comerciais entre Brasil e Argentina preocupam pelo fato de inexistir integração econômica na América Latina sem a presença destes dois países. Sozinho, o Brasil não conseguirá liderar o processo de integração no Cone Sul do continente americano. A recíproca é verdadeira para a Argentina. Em assim sendo, o MERCOSUL poderá ter o mesmo destino de fracasso dos modelos anteriores da América Latina, se Brasília e Buenos Aires não superar em suas divergências conjunturais com relação à aplicação das Políticas Comerciais.

O principal obstáculo existente no presente momento, não é meramente a questão comercial, com o estabelecimento de cotas e tarifas de ambas as partes. E sim, a eleição presidencial na Argentina, a ocorrer em outubro/99, e o encerramento do Período Carlos Menem, que governa o país há dez anos. O futuro governante da Argentina terá no comércio regional a sua prioridade de política externa? Pouco se conhece dos principais candidatos à presidência da República. Pouco se conhece da maneira como pretendem governar o país. De certa maneira, são provincianos, não têm a estatura política do atual Presidente, que conseguiu projeção continental e internacional.

Nestes derradeiros meses de governo, o Presidente Carlos Menem conseguiu complicar ainda mais as relações bilaterais com o Brasil, ao requerer à OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte -, o status de Nação - Associada para a Argentina. Se o pleito for atendido, haverá desequilíbrio de força militar na Amé-

"Neste Século XX que está a terminar, nada foi mais importante para a América Latina e para as relações Brasil - Argentina, do que a criação do Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL, em 1992..."

rica Latina, e a possibilidade do estabelecimento de contingentes militares estrangeiros na Argentina. Vale ressaltar que este pleito da Argentina está amparado no estreito relacionamento político-militar-estratégico que a envolve aos Estados Unidos da América. Buenos Aires participou da Operação Tempestade no Deserto contra o Iraque e da Guerra de Kosovo (Iugoslávia). Ameaça também internacionalizar a guerra civil da Colômbia, enviando efetivos militares para combater os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas - FARC -, que tentam chegar ao poder derrubando o Presidente Andrés Pastrana, que conta com o apoio de Washington, para derrotá-los, em razão dos laços dos guerrilheiros com o narcotráfico. Este precedente assusta também, Brasília, que de forma explícita, se manifestou contrário à internacionalização da guerra civil do país vizinho.

Em suma, Brasil e Argentina, estão em rota de colisão. Além das questões comerciais, os interesses militares e estratégicos da Argentina no OTAN e o possível envio de tropas regulares para a Colômbia, fragilizam ainda mais as relações bilaterais, no momento em que a Comunidade de Nações fortalece a Integração Econômica, a complementariedade das economias, e marginaliza as rivalidades regionais. Assim pensamos ●